

**Ministério do Desenvolvimento Agrário****INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA****PORTARIA Nº 240, DE 6 DE AGOSTO DE 2009**

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 3 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da mesma data, combinado com o inciso V, do art. 122, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria MDA/nº 20, de 8 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial do dia 9 seguinte, e;

CONSIDERANDO que a instrução e análise processual estão de acordo com os requisitos exigidos a fim de se obter a autorização do INCRA, para aquisição de imóvel rural por estrangeiro determinado pela Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971 e Decreto nº 74.965, de 26 de novembro de 1974;

CONSIDERANDO que a área total do município de Caranaíba/MG, informada pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE), é de 160,022 km², ou seja, 16.002,20 (dezesseis mil, dois hectares e vinte ares) e não consta registro de imóveis em nome de estrangeiros, pessoas físicas ou jurídicas, no município de Caranaíba, MG;

CONSIDERANDO que a área requerida pela interessada é de 90,0000 ha (noventa hectares), equivalente a 9,00 (nove) Módulos de Exploração Indefinida (MEI), não ultrapassando os limites prescritos no caput dos arts. 3º, e 12, § 1º, da Lei nº 5.709/1971; no caput do art. 5º, e 7º, § 1º do Decreto nº 74.965/1974, que regula a aquisição de imóvel rural por estrangeiro no Brasil;

CONSIDERANDO as manifestações da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária SR(06)MG, Divisão de Fiscalização e de Controle de Aquisições por Estrangeiros (DFC-2) e da Procuradoria Federal Especializada junto ao Incra (PFE) nos autos do Processo Administrativo nº 54170.006050/2008-33, todas favoráveis à proposta de aquisição de imóvel rural por estrangeiro no Brasil, e,

Considerando os termos da Resolução/CD/Nº 14, de 3 de agosto de 2009, resolve:

Art. 1º. AUTORIZAR, com base na Lei n.º 5.709, de 7 de outubro de 1971, regulamentada pelo Decreto nº 74.965, de 26 de novembro de 1974, e Instrução Normativa/Incra/ nº 44, de 14 de novembro de 2000, a Senhora OKSANA YAKOVENKO, de nacionalidade ucraniana, divorciada, Cédula de Identidade de Estrangeiro RNE Nº V494260-V, classificação: Permanente, validade: 27/07/2016, inscrita no CPF sob o nº 060.218.487-80, residente e domiciliada à rua Antônio Amaral nº 363, apartamento nº 1, Bairro de Lourdes, Conselheiro Lafaiete - MG, CEP: 36.400-000, a adquirir o imóvel rural anteriormente denominado "Bexiga", atualmente denominado "Rancho Kiev", com área de 90,0000 ha (noventa hectares), localizada no município de Caranaíba/MG. A área do referido imóvel equivale a 9,00 MEI, cadastrado no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) sob o código nº 439.053.259.721-5.

Art. 2º. Esta Autorização tem prazo de 30 (trinta) dias, dentro do qual a interessada deverá lavrar a escritura pública, seguindo-se a transcrição na Circunscrição Imobiliária, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme o parágrafo único do art. 10, do Decreto nº 74.965, de 26 de novembro de 1974.

Art. 3º. Resguarda-se o direito da União em reivindicar eventual domínio sobre tais áreas, a qualquer tempo, não implicando esta Autorização na ratificação dominial de que tratam a Lei n.º 9.871, de 23 de novembro de 1999 e o Decreto-Lei n.º 1.414, de 18 de agosto de 1975.

Art. 4º. A ressalva mencionada no inciso III deverá ser averbada na matrícula do imóvel em aquisição, a título de atestado de ciência e anuência do adquirente com seu teor.

ROLF HACKBART

## ANEXO I

REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO  
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO I DA PORTARIA INTERMINISTERIAL MP/MF Nº 64, DE 30 DE MARÇO DE 2009)

Órgão e/ou Unidades Orçamentárias	R\$ Mil		
	Disponível		
	Custeio	Investimento + Inversão Financeira	Total
52000Ministério da Defesa	35.699	0	35.699
<b>T o t a l</b>	<b>35.699</b>	<b>0</b>	<b>35.699</b>

Fontes: 100, 111, 113, 115, 118, 120, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 139, 140, 141, 142, 144, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 158, 159, 162, 164, 166, 172, 174, 175, 176, 180, 249, 280, 293, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00012009091600096

**Ministério do Esporte****SECRETARIA-EXECUTIVA  
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO,  
ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO****PORTARIA Nº 123, DE 15 DE SETEMBRO DE 2009**

Dispõe sobre a descentralização externa de crédito orçamentário e repasse financeiro a Universidade Federal de Juiz de Fora - MG, e dá outras providências.

O SUBSECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência contida na Portaria ME nº 175, de 24 de setembro de 2008, resolve:

Art. 1º Autorizar a descentralização externa de créditos e o repasse de recursos financeiros para a Universidade Federal de Juiz de Fora - MG, visando o apoio financeiro para a realização do Projeto Jogos Universitários de Juiz de Fora, conforme segue:

Órgão Cedente: Ministério do Esporte.

Unidade Gestora: 180002 - Gestão: 0001 - Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.

Órgão Executor: Universidade Federal de Juiz de Fora - MG

Unidade Gestora: 153061 - Gestão: 15228 - Universidade Federal de Juiz de Fora - MG

Programa/Ação: 27.812.8028.2626.0001 - Promoção de Eventos de Esporte Educacional Fonte: 100

Natureza da Despesa:

33.90.36: R\$ 66.350,00

33.90.30: R\$ 9.245,90

33.90.39: R\$ 25.000,00

Valor Projeto: R\$ 100.595,90

Art. 2º Caberá à Secretaria Nacional de Esporte Educacional, exercer o acompanhamento das ações previstas para execução do objeto dessa descentralização, de modo a evidenciar a boa e regular aplicação dos recursos transferidos.

Art. 3º A Universidade Federal de Juiz de Fora - MG, deverá restituir ao Ministério do Esporte os créditos transferidos e não empenhados até o final do exercício de 2009.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ LINCOLN DAEMON

**Ministério do Meio Ambiente****GABINETE DO MINISTRO****DELIBERAÇÃO Nº 246, DE 27 DE AGOSTO DE 2009**

Credencia o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq para autorizar outras instituições a realizar as atividades que especifica, é dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE faz saber que o CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO, no uso das competências que lhe foram conferidas pela Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, e pelo Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001, tendo em vista o disposto no art. 13, inciso III, e no art. 14 do seu Regimento Interno, publicado por meio da Portaria nº 316, de 25 de junho de 2002, resolve:

Art. 1º Credenciar o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq para autorizar instituições nacionais, públicas ou privadas, que exerçam atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas biológicas e afins a:

I - acessar amostra de componente do patrimônio genético para fins de pesquisa científica; e

II - remeter amostra de componente do patrimônio genético a instituição sediada no exterior, para fins de pesquisa científica.

§ 1º No exercício das competências a que se refere este artigo, o CNPq poderá dispensar a anuência prévia formal, nos termos da Resolução nº 8, de 24 de setembro de 2003.

§ 2º O credenciamento a que se refere este artigo não inclui a competência para autorizar o acesso ao conhecimento tradicional associado, ainda que este envolva o acesso ao patrimônio genético.

§ 3º O credenciamento de que trata este artigo não prejudica o disposto na Deliberação nº 40, de 24 de setembro de 2003.

Art. 2º No exercício das prerrogativas que lhe são conferidas por meio do credenciamento de que trata esta Deliberação, o CNPq obriga-se a:

I - observar as Resoluções e Orientações Técnicas aprovadas pelo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético-CGEN;

II - encaminhar ao CGEN as solicitações de autorização de acesso e remessa de patrimônio genético para fins de bioprospecção e desenvolvimento tecnológico e as que envolverem acesso a conhecimento tradicional associado;

III - manter e disponibilizar ao CGEN as bases de dados previstas no art. 10, inciso III, alínea "c", itens 2 e 3, do Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001;

IV - encaminhar ao CGEN relatório anual das atividades realizadas.

Art. 3º Fica criado, no âmbito do CGEN, grupo de trabalho permanente composto por representantes da Secretaria-Executiva do CGEN e dos órgãos e entidades credenciadas, indicados pelos representantes dessas instituições junto ao CGEN, com as seguintes atribuições:

I - proceder à harmonização de procedimentos e normas para concessão de autorizações de que trata esta Deliberação entre os órgãos e entidades credenciadas; e

II - avaliar periodicamente o desempenho das atividades e procedimentos adotados na concessão de autorização pelos órgãos e entidades credenciadas e submeter relatório sobre estas atividades ao CGEN anualmente e quando entender necessário.

Parágrafo único. O grupo de trabalho a que se refere este artigo será coordenado por representante da Secretaria-Executiva do CGEN.

Art. 4º O CNPq implementará as atividades para as quais foi credenciado até o dia 1º de março de 2010.

Art. 5º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MINC

**Ministério do Planejamento,  
Orçamento e Gestão****GABINETE DO MINISTRO****PORTARIA Nº 291, DE 15 DE SETEMBRO DE 2009**

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, tendo em vista o disposto no art. 8º, inciso II, e parágrafo único, do Decreto nº 6.752, de 28 de janeiro de 2009, resolve:

Art. 1º Remanejar os limites de movimentação e empenho de que tratam os Anexos I e II da Portaria Interministerial MP/MF nº 64, de 30 de março de 2009, na forma dos Anexos I, II, III e IV desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO BERNARDO SILVA

## ANEXO II

REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO  
(DETALHAMENTO CONSTANTE DO ANEXO II DA PORTARIA INTERMINISTERIAL MP/MF Nº 64, DE 30 DE MARÇO DE 2009)

Órgão e/ou Unidades Orçamentárias	R\$ Mil		
	Disponível		
	Custeio	Investimento + Inversão Financeira	Total
52000Ministério da Defesa	0	10.000	10.000
<b>T o t a l</b>	<b>0</b>	<b>10.000</b>	<b>10.000</b>

Fontes: 150, 250, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.